**RBEO - Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**

Comunicação **afirmativa de realização das alterações requeridas** propostas na avaliação cega por pares relativa ao artigo “O ENFRENTAMENTO DAS OPRESSÕES DE GÊNERO NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: O PAPEL DOS COLETIVOS NA ÓTICA DO FEMINISMO DECOLONIAL”.

# Parecer 01:

## **Referencial teórico:**

**Sugestão de ser dividido em duas partes: Parte 1: Tratar dos pressupostos epistemológicos da Modernidade/(De)Colonialidade. Parte 2: Abordar especificamente a questão da opressão de gênero.**

Resposta às alterações: A sugestão apresentada foi acatada e se apresenta no texto como um bloco único. O mesmo segue uma linha de argumentação partindo do surgimento da universidade, sua ligação com os pressupostos epistemológicos da Modernidade/(De)Colonialidade, como dentro da abordagem sobre colonialidade emerge a colonialidade do gênero e o feminismo decolonial, e por fim, relacionando novamente com o contexto universitário.

## Metodologia:

**1.2.1 Sugestão de que de forma geral o percurso metodológico inclui o distanciamento entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.**

Resposta às alterações: A metodologia se guia pela priorização das vozes e experiências de mulheres que participavam dos coletivos e contribuíram para a pesquisa. Foram realizadas observações no intuito de aproximar das mesmas, e a entrevista do tipo compreensiva se relaciona com a abordagem decolonial justamente para a entrevistadora interagir com as entrevistadas de forma mais livre e criativa, estabelecendo uma dinâmica de conversação.

Página 10: “O método procura estabelecer um ambiente mais intimista entre os pesquisadores e os entrevistados, tendo como objetivo deixá-los mais à vontade para manifestar suas opiniões de forma sincera (KAUFMANN, 2013). A opção por esse tipo de entrevista se fez buscando garantir uma relação de maior confiança com as participantes dos movimentos a fim de revelarem com maior abertura aspectos de sua organização, ideias e conflitos”.

**1.2.3 Sugestão de descrição mais contextualizada de como se deu o envolvimento dos autores nos eventos dos coletivos.**

Resposta às alterações: Página 10: “A técnica de observação ajudou a vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre as normas, regras e as práticas vividas cotidianamente pelos grupos e instituição observados (MINAYO, 2012b). Nela, a pesquisadora relacionava-se diretamente com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, participando da vida social deles no seu cenário cultural, com a finalidade de colher dados e compreender o contexto social da pesquisa (MINAYO, 2012b)”.

**1.2.4 Sugestão de incluir quantidade de eventos dos quais os autores participaram para fins de observação.**

Resposta às alterações: Página 10: “Ao todo uma das autoras participou de 30 eventos. O primeiro momento de observação dos coletivos estudantis para a pesquisa foi com o coletivo 1 no dia 09 de novembro de 2017 e o último no dia 04 de dezembro de 2018”.

**1.2.5 Sugestão de incluir como se deram as escolhas da universidade, dos coletivos, dos eventos e dos entrevistados.**

Resposta às alterações: A escolha da universidade foi estratégica em questões de custos de viabilização da pesquisa e além de ser um espaço extremamente patriarcal. Acrescentou-se no texto – página 13 - mais informações sobre a mesma:

“Apenas 40 anos após sua criação, em 1948, que houve o ingresso da primeira estudante (JORNAL UFLA, 2017) e, apesar de atualmente as mulheres estarem entrando em maior número na universidade em relação aos homens, é preciso fazer a ressalva de que as mulheres brancas estão entrando em maior número, não as mulheres negras (PORTAL UFLA, 2019).

A fragilidade das práticas voltadas para a questão de gênero e de diversidade no âmbito da universidade foi reforçada em dois eventos ocorridos em 2016 e 2018. No primeiro, um aluno foi barrado por seguranças na entrada da instituição por estar usando saia, e a universidade anunciou que iria trabalhar para que as pessoas que tenham como opção se vestir de tal forma fossem cadastradas (G1 SUL DE MINAS, 2016), o que gerou protesto dos estudantes, condenando a censura que foi realizada. Outro fato marcante foi o de oficinas ofertadas pela Coordenadoria de Assuntos de Diversidade e Diferenças (CADD) com temas como “Gênero e Sexualidade”, “Gênero e Trabalho”, “Questões de Gênero”, “História da Lutas do Movimento LGBT” que geraram interpretações equivocadas divulgadas em mídias sociais e evidenciou ainda mais os preconceitos, ignorando em grande parte o significado da expressão direitos humanos”.

Página 11: “Foram identificados nas etapas iniciais da pesquisa os coletivos estudantis que promoviam, no momento da pesquisa, no âmbito da universidade, algum tipo de expressão da luta feminista, e não exclusivamente feminista, como pode-se observar na tabela a seguir. Foram contatadas ativistas de cada um deles e convidadas a participarem das entrevistas. O perfil dessas mulheres é completamente diverso no que se refere a raça, classe, sexualidade, identificação de gênero, entre outros. As que se interessaram, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o sigilo nominal e a não identificação de suas identidades”.

**1.2.6 Sugestão de incluir quais tensões/dificuldades emergiram no contexto das observações e das entrevistas.**

Resposta às alterações: Página 10: “Durante os eventos, embora tenha se construído uma relação horizontalizada entre uma das autoras e os coletivos, não foi possível usar a gravação, sob o risco de inibir a livre manifestação das pessoas presentes”.

**1.2.7 Sugestão de incluir que tipo de entrevista foi realizada.**

Resposta às alterações: Página 10: “As entrevistas realizadas são do tipo compreensiva proposta por Kaufmann (2013), onde o entrevistador interage com os entrevistados de forma mais livre, em que o roteiro da entrevista é flexível, como um guia para estimular os entrevistados a falarem sobre determinados assuntos. O método procura estabelecer um ambiente mais intimista entre os pesquisadores e os entrevistados, tendo como objetivo deixá-los mais à vontade para manifestar suas opiniões de forma sincera (KAUFMANN, 2013). A opção por esse tipo de entrevista se fez buscando garantir uma relação de maior confiança com as participantes dos movimentos a fim de revelarem com maior abertura aspectos de sua organização, ideias e conflitos”.

**1.2.8 Sugestão de apresentar o protocolo de observação e os pré-roteiros das entrevistas.**

Resposta às alterações: Esta configuração não se faz usual em artigos de revistas, por isso consideramos que não se faz pertinente incluir no escopo do documento.

## Resultados / Conclusões

1.3.1 Sugestão deincluir um diálogo mais direto entre os resultados da análise e o contexto da universidade pública federal brasileira, bem como da instituição universitária específica em que o estudo foi realizado.

Resposta às alterações: Página 22:

“A trajetória recente das universidades públicas é marcada pela conquista de acesso ao ensino superior de grupos minoritários, como as mulheres que estão cada vez mais presentes nesses espaços. Contudo, essa conquista traz consigo novas lutas uma vez que as universidades, como parte de nossas sociedades, caracterizam-se pelo patriarcado e hegemonia do conhecimento norteamericano-europeu. Tal hegemonia, de caráter geopolítico, constitui-se e consolida-se no apagamento de culturas locais e interesses específicos de grupos minoritários cujo poder tem sido sufocado ao longo da história. A universidade pública revela-se um espaço contraditório que, numa sociedade democrática ainda permite o florescimento de sementes de resistência. Os coletivos estudantis que abordam o feminismo, na universidade estudada podem ser considerados como tais sementes, permitindo a mulheres com trajetórias distintas, espaços de diálogo, compartilhamento, apoio na identificação e no enfrentamento a opressões e na (re)construção identitária.

As análises mostram que não é possível a uma mulher ocultar-se ou fugir das opressões no espaço da universidade. Elas acontecem nas salas de aula, nos corredores, nos espaços coletivos e em festas. As mulheres contam como são objetificadas, como suas experiências, conhecimentos e sentimentos são desqualificados em diferentes instâncias. Nesse contexto hostil, manifestar identidades, denunciar violências, rompendo um silêncio que interessa apenas àqueles que detém o poder, exige coragem. Nesse contexto, as mulheres lutam subjetivamente com sentimentos de culpa pelas opressões e violências que sofrem e com a imposição externa de padrões elevados - outra forma de exploração - que muitas internalizam como auto opressão”.

1.3.2 Sugestão dedeixar claro que suas análises se referem ao contexto específico dos coletivos, tomando cuidado com generalização.

Resposta às alterações: Modificações em várias partes do texto para expressões como “no âmbito deste contexto universitário”, “contexto desta pesquisa”, “analisados no contexto institucional em evidência”, entre outros.

1.3.3 Sugestão denão romantizar os coletivos. Questionamentos: Qual o real alcance dos coletivos no âmbito institucional? De quais formas eles questionam a estrutura moderna/colonial hegemônica da instituição universitária? Qual a imagem que a comunidade universitária tem dos coletivos? De qual contexto específico eles surgem? Qual a relação entre os coletivos e o processo de democratização da universidade pública federal brasileira?

Resposta às alterações:

Página 16: “As entrevistadas apontam dificuldades para desenrolar um entendimento interseccional da realidade, visibilizar e articular os diversos lugares de fala, principalmente das mulheres mais subalternizadas no espaço social universitário. Ou seja, ser um espaço de criação, dando relevância às existências das mulheres plurais na universidade, transformando o contexto social que as subalternizam. As dificuldades em colocar em prática essa meta, afasta muitas ativistas que se frustram com a atuação dos coletivos estudantis”.

Página 20: “Mas, o diálogo de mulheres com perfis e histórias diferentes gera conflitos, conflitos que afetam o funcionamento dos coletivos estudantis que muitas vezes são esvaziados”.

Página 21 e 22: “As análises mostram que não é possível a uma mulher ocultar-se ou fugir das opressões no espaço da universidade. Elas acontecem nas salas de aula, nos corredores, nos espaços coletivos e em festas. As mulheres contam como são objetificadas, como suas experiências, conhecimentos e sentimentos são desqualificados em diferentes instâncias. Nesse contexto hostil, manifestar identidades, denunciar violências, rompendo um silêncio que interessa apenas àqueles que detém o poder, exige coragem. Nesse contexto, as mulheres lutam subjetivamente com sentimentos de culpa pelas opressões e violências que sofrem e com a imposição externa de padrões elevados - outra forma de exploração - que muitas internalizam como auto opressão.

Nos coletivos estudantis, tudo isso pode ser discutido e o valor do espaço seguro para o diálogo é imenso para as mulheres que os frequentam. Contudo, embora a interseccionalidade seja uma meta para a maioria dos coletivos, é também um desafio. A diversidade de mulheres, com características, trajetórias nos coletivos, gera conflitos, uma vez que não conseguem articular todas as demandas em ações.

Os coletivos estudantis têm estimulado mudanças em disciplinas que incluem o debate feminista, mais eventos discutindo o tema, denúncias contra violências dentro e fora da universidade, institucionalização de canais de denúncia contra tais violências na universidade. Do ponto de vista da colonialidade do saber, instigam o questionamento dos conhecimentos produzidos na universidade, sobre sua finalidade e sentido e introduzem um repertório de conceitos e experiências que raramente são pautado na universidade. Mas, também não conseguem vencer o silenciamento de muitas mulheres diante da violência, não produzem mudanças que atendam às expectativas das militantes. As limitações da atuação dos coletivos estudantis deve ser compreendida num contexto de enraizamento da colonialidade no âmbito social e universitário, que obrigam as militantes a se reinventarem – assim como os próprios coletivos – na medida em que esbarram nos silêncios, privilégios e naturalizações que insistem em se repetir.

Além disso, é importante enfatizar que também existem grupos querendo se apropriar desses debates feministas produzidos nos coletivos, pasteurizando-os como instrumentos de marketing, esvaziando-os em seus significados. E esse é um enfrentamento constante para esses grupos”.

## 1.4 Observações

**1.4.1** Sugestão com comentários/questionamentos ao longo do artigo.

Resposta às alterações: A maioria foi acatada e modificada ao longo do artigo.

**1.4.2** O texto carece de revisão geral da língua portuguesa.

Resposta às alterações: Foram realizadas três revisões no texto por um profissional na área de Letras.

# Parecer 02:

## 2.1 Resumo:

Sugestão de que o resumo poderia apontar os principais achados decorrentes da realização  
da pesquisa. Informação é a de que a unidade de análise são coletivos feministas (...) na descrição presente nas páginas 10 e 11, não é possível afirmar que todos os coletivos estudados sejam feministas.

Resposta às alterações: Mudança em todo o texto para o termo “coletivos estudantis”, que se referem aos coletivos que abordam e estão envolvidos em debates feministas, ou seja, “coletivos estudantis que promoviam, no momento da pesquisa, no âmbito da universidade, algum tipo de expressão da luta feminista, e não exclusivamente feminista” (página 11).

## 2.2 Sobre a atualidade do tema:

Sugestão de um texto de Mesquita recupera um pouco da trajetória dos movimentos estudantis (<https://journals.openedition.org/rccs/660>).

Resposta às alterações:

Página 09: “Casos de mobilizações internas contra discriminação nas universidades públicas têm sido divulgados (PORTAL UFLA, 2020; SAYURI; SICURO, 2019; COSTANTI, 2018). São os chamados – inclusive por seus participantes – coletivos[[1]](#footnote-1) (MIGLIORIN, 2012). Os coletivos podem ser considerados como uma expressão do movimento estudantil (MESQUITA, 2008), mas mantém características particulares, sendo formados por irradiação dessa intensidade de relações, sendo condensadores, agregadores de sujeitos e ideias, em constantes aproximações, distanciamentos, adesões e desgarramentos (MIGLIORIN, 2012)”.

## 2.3 Contribuição para a área de conhecimento:

Sugestão de identificar e compreender as lógicas que perpassam tal situação (processo de democratização do ensino superior no Brasil) pode conferir meios para tornar o processo de democratização efetivo no sentido de proporcionar melhorias nas condições de vida não somente de grupos minoritários na universidade, mas de todos presentes na sociedade.

Resposta às alterações: Inclusão na discussão, página 8: “As desigualdades sociais a que estão subordinadas às minorias, ignoradas pela maioria da população dão lugar a um discurso meritocrático – dentro de padrões dominantes – que tornam inacessível para esses grupos o acesso ao ensino superior. Assim, a colonialidade é mais efetiva na medida em que não é identificada”.

## 2.4 Qualidade de redação e organização do texto (clareza, concisão, objetividade, estrutura formal):

Sugestão de modificação: página 9 há diversas passagens que indicam "a pesquisadora" e o quadro na página 11 já apresenta "as autoras".

Resposta às alterações: Diferenciação na escrita deixando claro que “uma das pesquisadoras iniciou contatos com as ativistas por meio de participação nas atividades” (página 9). Mas que não exclui a possibilidade de o texto ser de uma ou mais autoras.

## 2.5 Considerações a respeito da revisão da literatura:

Sugestão de adoção a autora Lélia Gonzalez.

Resposta às alterações: Inclusão das duas referências à autora em três passagens do artigo:

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In.: Hollanda, H. B. de. (org.). Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2020. s.p. (edição Kindle).

## 2.6 Considerações sobre os métodos

Sugestão de apresentação de como as sete categorias usadas para a realização das análises emergiram.

Resposta às alterações: Página 12: “As entrevistas foram lidas separadamente e, em cada uma delas, destacados os aspectos centrais da discussão. À seguir, as entrevistas foram analisadas em conjunto e identificado os aspectos centrais que se repetiam em todas as narrativas. Uma nova leitura de todas as entrevistas levou a seleção das categorias centrais de análise. Essas categorias foram analisadas numa estrutura lógica que melhor orienta a compreensão do papel dos coletivos estudantis”.

## 2.7 Conclusões

Sugestão de pontuar que a complexidade que envolve os processos de subalternidade e opressão, não ignorando nos coletivos a dimensão humana e conflituosa que lhes é inerente.

Resposta às alterações: Página 21:

“As análises mostram que não é possível a uma mulher ocultar-se ou fugir das opressões no espaço da universidade. Elas acontecem nas salas de aula, nos corredores, nos espaços coletivos e em festas. As mulheres contam como são objetificadas, como suas experiências, conhecimentos e sentimentos são desqualificados em diferentes instâncias. Nesse contexto hostil, manifestar identidades, denunciar violências, rompendo um silêncio que interessa apenas àqueles que detém o poder, exige coragem. Nesse contexto, as mulheres lutam subjetivamente com sentimentos de culpa pelas opressões e violências que sofrem e com a imposição externa de padrões elevados - outra forma de exploração - que muitas internalizam como auto opressão.

Nos coletivos estudantis, tudo isso pode ser discutido e o valor do espaço seguro para o diálogo é imenso para as mulheres que os frequentam. Contudo, embora a interseccionalidade seja uma meta para a maioria dos coletivos, é também um desafio. A diversidade de mulheres, com características, trajetórias nos coletivos, gera conflitos, uma vez que não conseguem articular todas as demandas em ações.

Os coletivos estudantis têm estimulado mudanças em disciplinas que incluem o debate feminista, mais eventos discutindo o tema, denúncias contra violências dentro e fora da universidade, institucionalização de canais de denúncia contra tais violências na universidade. Do ponto de vista da colonialidade do saber, instigam o questionamento dos conhecimentos produzidos na universidade, sobre sua finalidade e sentido e introduzem um repertório de conceitos e experiências que raramente são pautado na universidade. Mas, também não conseguem vencer o silenciamento de muitas mulheres diante da violência, não produzem mudanças que atendam às expectativas das militantes. As limitações da atuação dos coletivos estudantis deve ser compreendida num contexto de enraizamento da colonialidade no âmbito social e universitário, que obrigam as militantes a se reinventarem – assim como os próprios coletivos – na medida em que esbarram nos silêncios, privilégios e naturalizações que insistem em se repetir.

Além disso, é importante enfatizar que também existem grupos querendo se apropriar desses debates feministas produzidos nos coletivos, pasteurizando-os como instrumentos de marketing, esvaziando-os em seus significados. E esse é um enfrentamento constante para esses grupos.”

1. Os grupos que participaram dessa pesquisa denominam-se como coletivos, termo que se refere uma forma de representação de movimentos sociais na perspectiva dos Novos Movimentos Sociais. Respeitando o posicionamento das ativistas utilizamos o termo coletivo nesse trabalho. [↑](#footnote-ref-1)